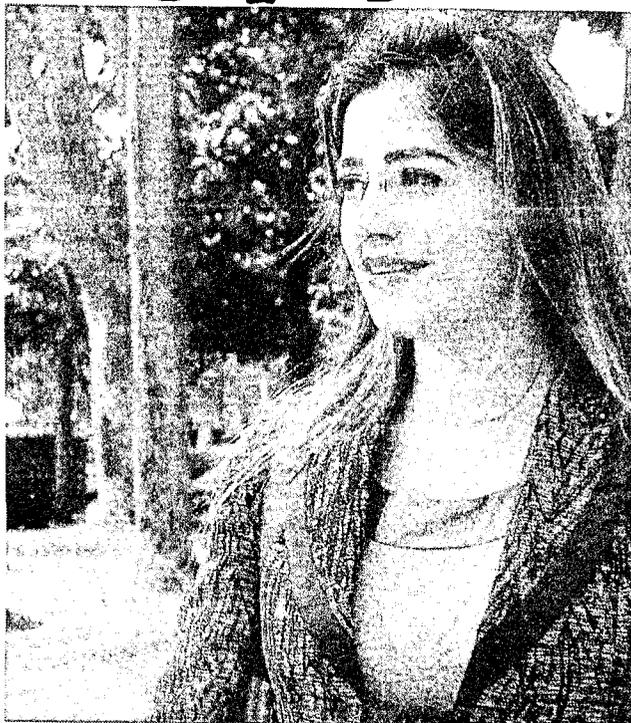


28 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA 'Ressocialização é algo palpável'



Juíza Isabele Ferreira Noronha: preocupação em devolver à sociedade um ser humano melhor

Uma maneira diferente de ajudar o preso a ressocializar-se tem surtido resultados bastante positivos em Loanda (noroeste). Desde que o projeto "Grão de Mostarda" – que oferece oportunidades de trabalho aos detentos e vários tipos de assistência – foi implantado naquela comarca, no início do ano passado, o índice de reincidência criminal que chega a 85% no Paraná está em 15% naquele município.

A proposta, idealizada pela juíza de Direito Isabele Papafanurakis Ferreira Noronha e lançada em janeiro de 2010 em Nova Londrina (noroeste) consiste na tentativa de ressocializar os detentos que estão presos nas delegacias de polícia das comarcas onde ela atua.

"É fácil e cômodo deixar o preso como um lixo social e abandoná-lo"

O Grão de Mostarda desenvolve cinco vertentes oferecendo assistências jurídica e ao primeiro emprego, incremento das atividades artesanais dentro da delegacia, trabalho de confecção de vassouras e evangelismo. "São várias atividades que buscam implementar a lei de execução penal, que é linda no papel e contém um rol de direitos visando a ressocialização, mas que geralmente não acontecem na prática", afirma a magistrada. "A gente tem que ter a preocupação de encarcerar e punir aquele que errou, mas também de devolver à sociedade um ser humano melhor e não uma escória, um resto, um bicho que entra ruim e sai pior", defende.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

28 NOV 2012

Por meio da assistência jurídica, advogados vão à delegacia e fazem atendimentos gratuitos, orientam sobre a situação processual e fazem pedidos para concessão de benefícios como liberdade provisória e progressão de regime, por exemplo. Em suas visitas, a cada dois meses, a juíza analisa o pedido diretamente com o preso e, se ele tiver direito, o benefício é concedido imediatamente.

Os presos também recebem cuidados de uma equipe médica da prefeitura, que faz consultas iniciais e, em casos mais graves, são encaminhados para tratamento e cirurgia. Além disso, são disponibilizadas assistências psicológica e odontológica. As famílias dos detentos também recebem visitas domiciliares de psicólogos e assistentes sociais.

O incentivo ao artesanato é outro diferencial do projeto. Dentro da delegacia os presos fazem atividades manuais com tricô e crochê. Também transformam garrafas pet em fios que serão industrializados e utilizados como cerdas de vassoura. Há uma empresa parceira que compra o material transformado pelos detentos.

De acordo com a juíza, a fabricação das vassouras mobiliza toda a sociedade loandense, pois as escolas do município fazem gincana com as crianças para arrecadação de garrafas pet. A vencedora, que junta a maior quantidade, vai até o fórum da comarca, passa um dia lá e conhece a juíza. Mensalmente são arrecadadas de 6 mil e 7 mil garrafas.

Além dessas assistências, também é feito o evangelismo carcerário. Para os presos que demonstram vontade de mudar de vida, o projeto oferece apoio ao primeiro emprego. "Quando recebe algum benefício, ele já sai com uma carta de alvará em uma mão e uma de emprego na outra, escrita por mim", diz a juíza, completando que ela mesma bate na porta das empresas parceiras e pede a oportunidade.

Segundo Isabele, há vários exemplos de pessoas que foram reinseridas na sociedade desde que o Grão de Mostarda foi iniciado, há quase três anos, que não voltaram mais para o crime e estão trabalhando. "A ressocialização é algo palpável, é possível. Basta a gente querer, mobilizar a sociedade e não se omitir", garante.

"É fácil e cômodo deixar o preso como um lixo social e abandoná-lo. Mas fazendo isso, não estamos pensando no futuro. Se deixarmos de tratar essa população, teremos uma sociedade cada vez mais violenta, porque, fatalmente, um dia eles sairão da cadeia e voltarão a cometer crimes."

A juíza completa que delegacia não é o local adequado para cumprimento de pena. "É para preso provisório até o julgamento, mas, infelizmente, temos pessoas condenadas a até 20 anos que estão cumprindo a pena inteira fechadas numa delegacia."

O projeto foi apresentado por Isabele na semana passada durante o Simpósio "Por Extenso 2012", realizado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

28 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Insegurança

O deputado estadual Douglas Fabrício (PPS) encaminhou requerimento ao desembargador Miguel Kfoury Neto, presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, pedindo que não sejam mais guardadas armas e munições no interior de fóruns e presídios no Estado. Ele sugere um convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública para que os itens fiquem protegidos nos batallhões da Polícia Militar.

Auxílio-alimentação

Passou sem problemas na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná o aumento do auxílio-alimentação dos servidores do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná e do Ministério Público (MP). Em ambos os casos o valor passa de R\$ 400 para R\$ 550 por mês. Os projetos de lei foram votados com outros 40 na sessão plenária de ontem.

INFORME

Sabatina marcada

Hoje, às 10 horas, o procurador de Justiça do Paraná Sérgio Luiz Kukina passará pela sabatina da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal. Ele foi indicado pela presidenta Dilma Rousseff para integrar o quadro de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em vaga aberta pela aposentadoria do ministro Hamilton Carvalhido. Após a sabatina, a indicação será votada na comissão. Se aprovado, o nome do procurador será submetido ao plenário do Senado, última etapa antes da nomeação para o cargo de ministro. O relator da indicação na CCJ, senador Alvaro Dias (-PSDB-PR), já se manifestou favoravelmente à aprovação do nome do procurador.

MAZZA

Ativismo judicial

Pode-se dizer que desde ontem o ativismo judicial chegou a Colombo: a juíza Leticia Zétola Portes decidiu, entrando no mérito da matéria, aliás suscitada pela massa inconformada, reduzir o número de vereadores da Câmara Municipal de 21 para três.

Nada menos, pois, de oito que se consideravam eleitos, a persistir a decisão, ficam de fora como suplentes. Obviamente vão recorrer ao TRE e, se perderem, partem para o "jus sperneandi", o sagrado direito de espernear.

28 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Lei Maria da Penha é tema de mesa-redonda

Mesa-redonda sobre a aplicação da Lei Maria da Penha no município de Campo Mourão (Noroeste) será realizado no dia 30 deste mês, às 8h30, na Estação da Luz. A organização é da Delegacia da Mulher em parceria com a Secretaria da Mulher e o Conselho da Mulher. Devem participar representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, entre outros.

Durante o evento a delegada-chefe da Unidade de Defesa da Mulher (DDM), Maria Nysa Moreira Nanni, abordará os seguintes temas: CPI da Violência contra a Mulher; o Mapa do Crime da Violência contra a Mulher em 2012 e atualidades sobre o Enfrentamento da Violência contra a Mulher. A mesa-redonda será realizada em comemoração ao Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher.

Jovem que havia doado filha aguarda decisão judicial

Londrina - Uma mulher de 22 anos que voltou atrás da decisão de doar a filha recém-nascida aguarda decisão judicial para levar ou não o bebê para casa. Na última segunda-feira, ela foi impedida de sair da Maternidade Municipal Lucila Balalai com a criança, pois assim que recebeu a notícia da gravidez, a jovem havia procurado a Vara da Infância afirmando que queria doar o bebê logo após seu nascimento.

Na época, ela disse que o pai da criança ia embora e que ela tinha problemas com a família, por isso havia desistido de criar a filha. Porém, a mulher reatou com o pai da criança e desistiu da ideia.

A jovem deu à luz no dia 23 e recebeu alta na segunda. "Ela tinha procurado a Vara da Infância, que nos orientou, assim que ela deu entrada na maternidade, a manter a criança aqui até que a situação seja resolvida", explicou o diretor geral da Maternidade, Américo Guazzelli.

A mãe da menina chegou a acionar a Polícia Militar para tentar levá-la para casa, mas não obteve sucesso. Segundo o diretor da maternidade, apesar de não poder levar a criança, a mãe pode permanecer com a filha no hospital. "Ela tem autorização para ficar aqui com o bebê, até que tudo seja esclarecido". Guazzelli não informou se a criança está sendo amamentada.

28 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

TRT cancela maior leilão judicial do PR

O leilão da usina de açúcar e álcool Casquel Agrícola e Industrial S/A, que seria realizado ontem à tarde no fórum de Jacarezinho (Norte Pioneiro), foi cancelado por determinação do Tribunal Regional do Trabalho, em Curitiba. Os antigos donos da usina, que tem sede em Cambará (Norte Pioneiro), entraram com o pedido de liminar para suspender o leilão.

A informação chegou por e-mail à Justiça do Trabalho em Jacarezinho no momento em que o leilão estava para ser iniciado. Havia quatro representantes de duas empresas interessadas em arrematar a Casquel.

A decisão do TRT partiu do gabinete do desembargador Paulo Ricardo Pozzolo. Os funcionários do gabinete não informaram os motivos da decisão.

A usina está sendo leiloada para o pagamento de dívidas com fornecedores e ex-funcionários. Ela é considerada o maior devedor da Justiça do Trabalho no Paraná.

A Casquel foi avaliada em R\$ 180 milhões, mas o lance mínimo foi fixado em R\$ 108 milhões. Este seria o maior valor de um leilão judicial no Paraná.

O leiloeiro Fernando Serrano diz que vai aguardar a decisão da Justiça para que seja marcada uma nova data para o leilão da Casquel. Serrano afirma que o pedido de liminar contra o leilão pode ser interpretado como o interesse dos antigos donos em manter o patrimônio.

Um advogado representante da empresa diz que a Casquel não existe mais e que a nova empresa agora se chama Usina Cambará S/A Bionergética.

O leiloeiro explica que esta mudança não interfere em nada no processo porque uma eventual empresa sucessora da Casquel vai herdar também todas as dívidas já existentes.

28 NOV 2012

GAZETA DO POVO

»JUSTIÇA

Poupadores protestam contra STJ com “dia do saque”

Mudança de entendimento do tribunal sobre ações civis públicas pode fazer com que antigos clientes do Itaú, Caixa e Banco do Brasil tenham de devolver dinheiro

| Cíntia Junges

I Poupadores do Paraná que conquistaram na Justiça o direito ao pagamento das diferenças de correção monetária dos planos Bresser e Verão contra a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Itaú promovem hoje o “Dia do Saque” em protesto ao julgamento de um recurso especial do Banco Itaú contra os poupadores do estado que mantinham contas no Banestado, que será realizado hoje pelo STJ.

Devido a um novo entendimento jurisprudencial do STJ, o prazo para a prescrição de Ações Civis Públicas (ACPs) passou de 20 anos para cinco anos. Segundo o advogado Alexandre Gonçalves, do Instituto de Proteção e Defesa dos Consumidores e Cidadãos do Brasil (IPDC), essa mudança deve atingir também os poupadores que ingressaram com ações an-

tes da mudança de entendimento do STJ. As ACPs contra os três bancos foram movidas na década de 1990 pela Associação Paranaense de Defesa do Consumidor (Apadeco).

O objetivo do protesto é incentivar que correntistas do Banco Itaú façam qualquer tipo de saque hoje. “Como forma de protesto, mostre para o banco que o dinheiro é seu, sacando qualquer valor no dia do julgamento, 28 de novembro”, afirma o texto da campanha “Saqueados pelos bancos”.

Qual é o prazo?

Conforme o entendimento antigo do TJ-PR e do próprio STJ, os poupadores teriam prazo até dezembro de 2018 para executar as ações contra o Banco do Brasil; outubro de 2021 contra a Caixa; e setembro de 2022 contra o Itaú. Portanto, pelo novo entendimento que reduz o limite para cinco anos, os prazos dos poupadores paranaenses já teriam expirado em dezembro de 2003 (BB), outubro de 2006 (CEF) e setembro de 2007 (Itaú).

De acordo com Gonçalves, a ação da Apadeco contra o Banestado transitou em julgado em setembro de 2002. Somando os poupadores dos três bancos, ele estima que existam mais de 50 mil poupadores no estado. “Pessoas

que ainda tinham direito de entrar com a ação individual, agora estão sendo surpreendidas por um entendimento que vai contra uma ação que já transitou em julgado”, diz.

Ainda segundo o advogado, o novo entendimento está sendo aplicado de forma retroativa, ou seja, além de não receberem suas diferenças, os poupadores paranaenses podem ser condenados a pagar honorários dos advogados dos bancos. Nos casos em que o poupador já recebeu, poderá ter de devolver dinheiro com correção e honorários.

Contudo, segundo a gerente jurídica do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Maria Elisa Novais, os poupadores que executaram os valores dentro do prazo não terão que devolvê-lo aos bancos. Exceto nos casos em que o pagamento foi feito fora do prazo de cinco anos. “Neste caso, o banco precisa correr atrás do prejuízo e tem dois anos para fazê-lo”. Mesmo que aprovada, a interpretação de cinco anos de prazo para prescrição ainda é objeto de recurso e pode ir para a corte especial do STJ, lembra ela.

CONTINUA

28 NOV 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

20
ANOS

depois da decisão final da Justiça era o prazo que os poupadores tinham para executar os bancos e pedir o pagamento, pelo entendimento inicial da Justiça. Os bancos questionaram esse prazo e apontaram que esses direitos prescrevem em cinco anos. Em julgamentos anteriores, o STF aceitou o argumento das instituições financeiras.

“Pessoas que ainda tinham direito de entrar com a ação individual, agora estão sendo surpreendidas por um entendimento que vai contra uma ação que já transitou em julgado.”

Alexandre Gonçalves, advogado do Instituto de Proteção e Defesa dos Consumidores e Cidadãos do Brasil.

GAZETA DO POVO

ROGÉRIO GALINDO

28 NOV 2012

Arsenal para o crime

Os desembargadores não podem dizer que não sabiam. Em 2009, a inspeção do Conselho Nacional de Justiça incluiu em seu relatório final a seguinte frase sobre o estado das coisas em Colombo: "No Fórum inexistente local seguro para a armazenagem de bens apreendidos". Nesta semana, depois de bandidos entrarem lá para roubar armas, descobriu-se que entre os bens que ficavam por lá havia fuzis e metralhadoras.

Mais por sorte do que por juízo, as armas pesadas foram retiradas dias antes do assalto. Os bandidos levaram 296 armas leves, como pistolas e revólveres. Segundo anotou o repórter Diego Ribeiro, desta Gazeta, Miguel Kfourri, que vai encerrando sua gestão no Judiciário local, calcula que 30% das armas estejam em condições de uso. Se estava tentando acalmar a população, não parece que tenha funcionado: o saldo da má gestão é que há bandidos com 100 armas a mais rondando a região metropolitana. E as outras, mesmo sem funcionar, podem muito bem servir para intimidar alguém.

A inspeção do CNJ foi realizada há três anos. De lá para cá, Colombo continuou na mesma.

O tribunal diz ter comprado 506 cofres a mais. E que em 2013 haverá um fórum novo na cidade. Nesta velocidade, quantas vezes ainda os bandidos terão chance de entrar no Judiciário e fazer a feira? Não foi nem a primeira vez no ano. Como dormir com um barulho desses? Não é que tenha faltado dinheiro para resolver o problema. O tribunal tem um belo orçamento e nos últimos tempos, veja só, decidiu gastar parte dele justamente com a segurança. Resolveu, por exemplo, comprar 90 carros para que todos os inte-

grantes do TJ possam ir e voltar para casa de maneira segura. Abriu licitação para blindar os Fluence e colocou motoristas à disposição dos desembargadores.

A conta não saiu barata. Só a compra dos carros ficou em R\$ 4,5 milhões. Miguel Kfourri alegou na época que a segurança dos membros do Tribunal de Justiça estava em risco. É claro que estava. Já imaginou, com todos esses criminosos tendo acesso a fuzis e metralhadoras? Na verdade, com os carros blindados que ganharam, os desembargadores são os únicos a ser colocados em segurança pelo tribunal. Os demais jurisdicionados, como diz o jargão dos desembargadores, ficam como?

Se não havia como pôr um cofre no local, por que pelo menos não se reforçou a segurança? Havia um único vigia no local. Se fosse você lá e chegassem vários sujeitos armados, faria o quê? Reagir, sozinho? Agora, porém, como jeito de corrigir as coisas, o Judiciário diz que vai fazer uma sindicância para ver se houve falha por parte do vigia. Como de costume, o risco é de que a corda arrebente do lado mais fraco.

No início do ano, assume a presidência do Judiciário o desembargador Clayton

Camargo. Terá dois anos pela frente. É de se esperar que sua gestão invista menos em benefícios para os desembargadores, que já ganham bem e podem comprar os próprios carros, e mais na segurança de todos os paranaenses. Afinal, os magistrados são servidores públicos. Estão no cargo para servir a toda a população, e não o contrário.

28 NOV 2012

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Auxílio-alimentação 1

Acho um absurdo esse reajuste do auxílio-alimentação dos servidores do MP e da Justiça (**Gazeta**, 27/11). Os funcionários do quadro geral do governo não têm esse privilégio, cada um paga o seu almoço, o seu lanche e quem pode traz de casa e come comida requentada. Será que esses trabalhadores são diferentes dos servidores da Justiça? Isso revolta qualquer pessoa.

Josmeri Farias Martins, São José dos Pinhais – PR

Auxílio-alimentação 2

A totalidade dos servidores estaduais possui uma divisão de castas sociais semelhante à da época da Revolução Francesa. Ou seja, naquele tempo alguns tinham o direito à alimentação enquanto outros não. O tempo passou, mas o modelo de divisão entre elites e massas ainda persiste.

Paulo Abrahão

Assalto ao Fórum de Colombo

Impressionante a matéria sobre o assalto ao Fórum de Colombo, do qual os bandidos levaram 290 armas de fogo (**Gazeta**, 26/11). O que essas armas estavam fazendo lá sem a devida segurança? Quanto tempo a polícia levou para apreender essa quantidade de armas que agora voltam para as ruas?

Luiz Carlos Pereira

28 NOV 2012

GAZETA DO POVO

BESSA

Colar cobijado

O presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil, o tabelião paranaense Rogério Portugal Bacellar, recebe hoje o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Felix Fischer, também do Paraná, para um jantar em Brasília. Na sexta-feira, Bacellar é quem será homenageado, mas no Rio de Janeiro, junto com personalidades como o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, e o também ministro do STF Marco Aurélio de Mello.



Eles receberão o Colar do Mérito Mem de Sá, concedido pela Anoreg-RJ.

28 NOV 2012

GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

Derosso depõe sobre contratação de ex-cunhada

| Karlos Kohlbach

O ex-presidente da Câmara de Curitiba João Cláudio Derosso (sem partido) foi ouvido ontem na 11.^a Vara Criminal de Curitiba como testemunha no processo envolvendo a contratação da ex-cunhada Renata Queiroz Gonçalves dos Santos no Legislativo municipal. Ela é irmã de Cláudia Queiroz Guedes, que na época da nomeação era mulher de Derosso. O Ministério Público do Paraná (MP) denunciou Renata em outubro do ano passado por falsidade ideológica. Se for condenada, ela pode pegar de um a cinco anos de prisão e pagar multa.

Em janeiro de 2011, Renata foi contratada para trabalhar num cargo em comissão na Câmara de Curitiba, na época presidida por Derosso. No momento da nomeação, ela assinou um termo em que declarava não possuir parentesco com os parlamentares. O MP, no entanto, entendeu que ela omitiu o grau de parentesco com Derosso “haja vista a existência de relacionamento público entre Cláudia Queiroz Guedes, irmã da denunciada, e João Cláudio Derosso desde janeiro de 2007”, diz a denúncia. Além de Derosso, Renata, Cláudia Queiroz e a mãe Noêmia Queiroz também foram ouvidas ontem.

A estratégia da defesa foi alegar que Derosso e Cláudia não mantinham vínculo familiar. “Em resumo, o Derosso e a Cláudia disseram que não eram casados e que ele não influenciou na contratação de Renata”, disse o advogado Marcelo Lombardi, que defende Cláudia.

Após a audiência de ontem, o MP e os advogados de defesa terão 30 dias cada para apresentar as alegações finais. Em seguida, a juíza deve dar a sentença.

Ações civis

O MP descobriu a contratação de Renata quando investigava o contrato de publicidade da Câmara. Derosso e Cláudia Queiroz, que é dona da agência de publicidade que venceu a licitação na Câmara, respondem por ato de improbidade administrativa.

28 NOV 2012

GAZETA DO POVO

JORNALISMO

Sindicato classifica como censura decisão de juiz de Campo Mourão

↓ O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (Sindijor-PR) classificou como censura a decisão do juiz James Hamilton que proíbe veículos de comunicação de citar os nomes da candidata eleita à prefeitura de Campo Mourão e de uma empresa de ônibus com sede na cidade. Tanto a candidata como a empresa estão relacionados a uma investigação de suposta distribuição de passagens rodoviárias durante a campanha eleitoral. No caso de descumprimento da determinação, o juiz determinou multa de R\$ 30 mil.

Em nota, o sindicato afirma que "não há justificativas para punição ou abstenção do que vem sendo veiculado sobre as suspeitas de irregularidades". O Sindijor-PR também defende que as reportagens sobre o assunto continuem sendo feitas e publicadas, sem qualquer tipo de censura. "Os jornalistas têm o dever e o direito de apurar, oferecendo espaço tanto para as investigações quanto para os investigados", diz o sindicato em nota, divulgada ontem.

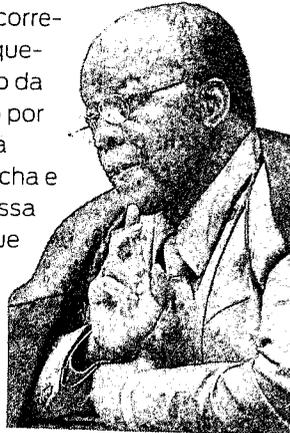
28 NOV 2012

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Quebra de sigilo

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal de Justiça (STF) Joaquim Barbosa (foto) indicou ontem que pode apoiar à tese de que o conselho tem poder para quebrar dados sigilosos de juízes e desembargadores em sindicâncias. Essa foi uma das principais polêmicas da gestão da ex-corregedora Nacional de Justiça Eliana Calmon, que foi acusada por entidades de classe de quebrar irregularmente dados dos magistrados para tocar investigações. Na sessão de ontem, o conselheiro Silvio da Rocha votou para que a corregedoria do órgão só possa quebrar o sigilo com autorização da Justiça. O caso foi suspenso por um pedido de vista. Barbosa questionou a posição de Rocha e sinalizou que o órgão teria essa atribuição tendo em vista que está no Judiciário.



28 NOV 2012

GAZETA DO POVO

Ação da PM termina em denúncia de agressão, tortura e racismo

Policiais militares são acusados de invadir casa e espancar várias pessoas. Quatro agredidos foram presos

| Felipe Anibal

Uma perseguição a um motociclista que andava sem capacete terminou de forma desastrosa no último fim de semana, no Bairro Alto, em Curitiba. Moradores relatam que policiais militares invadiram uma casa sem mandado de busca ou de prisão e agrediram moradores e vizinhos, entre eles uma idosa e uma portadora de deficiência. Na sequência, quatro pessoas foram detidas. Elas denunciam que foram torturadas. Uma advogada foi presa por desacato e afirma ter sido vítima de racismo. A Corregedoria da Polícia Militar (PM) instaurou um inquérito para apurar o caso.

A ocorrência foi registrada na Rua Rio Guaíba, na noite de sábado. Na descrição do fato, a PM afirma que um motociclista sem capacete fazia manobras perigosas e teria desobedecido à ordem de parada de uma equipe policial, entrando em uma casa. O mesmo registro faz referência ao uso de armas não letais, como bastões e teasers (aparelho de choque), para controlar cerca de 50 pessoas que teriam se aglomerado diante da residência.

O caso só veio à tona ontem, depois que uma das pessoas que foi presa, a advogada Andréia Cândido Vítor, denunciou a truculência da ação da PM. Os relatos dão conta de que os policiais invadiram a casa para onde o motociclista fugiu e agrediram moradores.

Um vídeo divulgado pela Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas (AbraCrim) traz o depoimento de seis pessoas que afirmam ter sido agredidas pelos policiais. Elas apresentam sinais nas costas e braços, arranhões e cabeças enfaixadas. Uma delas é uma senhora de 74 anos. Outra, uma adolescente que tem problemas de locomoção.

“Eu peguei no braço do policial e falei: ‘Pelo amor de Deus, não faz isso’. E quando eu fui ver, o policial me deu uma cotovelada, eu caí no chão e bati com a minha cabeça na parede. Depois disso, eu não vi mais nada”, relata a adolescente. Em vídeos gravados por moradores, é possível ver quando ela é retirada da casa, carregada por um homem.

Hospitalizado

O dono da casa invadida afirma que um de seus filhos ainda está hospitalizado por causa dos ferimentos. As gravações feitas após a ação policial mostram manchas de sangue em vários cômodos e peças de roupa e até pedaços de um cacete que teria sido usado pela PM. “Nós não somos vagabundos. Nós somos gente”, lamentou.

Os vídeos gravados pelos moradores mostram ainda o grande contingente policial em frente da casa. Um policial parece debochar dos moradores. Outro policial se refere à população como “cambada” e chega a gritar um palavrão, quando um morador questiona uma das prisões.

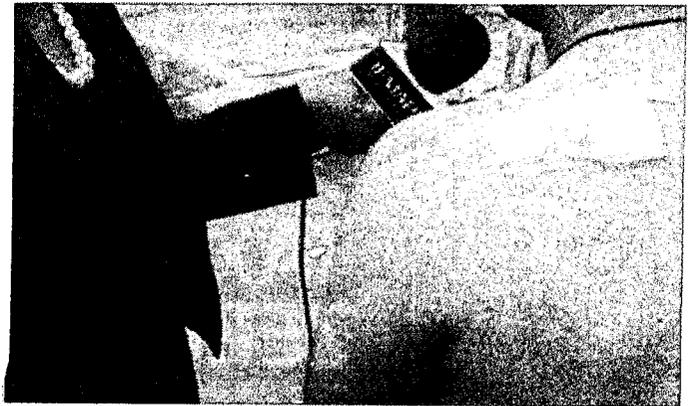
CONTINUA

Advogada foi presa, xingada e humilhada

! A advogada Andréia Vitor conta que, acompanhada de uma líder comunitária, questionou o tenente da PM que comandava a ação sobre os motivos da abordagem à residência. O policial teria xingado as mulheres de “vagabundas” e “vadias” e, quando Andréia se apresentou como advogada, recebeu voz de prisão por desacato. “Eu disse: ‘Preciso de um representante da OAB [Ordem dos Advogados do Brasil]. Ele gritou: ‘Você não precisa de nada, sua vagabunda. Entra no carro que você vai ter o que você precisa’”, narrou.

Andréia afirma que ela e os outros três presos foram algemados e levados de viatura até um módulo policial localizado na Praça da Liberdade. Lá, todos teriam sido postos de joelhos e espancados, com tapas no rosto e pontapés. A advogada afirma ainda ter sido vítima de injúria racial. “Uma das policiais olhava para mim e dizia: ‘Você não é advogada? Advogada o quê? Com essa corzinha?’”, relatou.

A denúncia será apresentada hoje ao Grupo Especial de Atuação e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Paraná (MP-PR). “Era uma infração administrativa de trânsito, mas resultou nesta barbárie. Barbárie é o nome que resume o que ocorreu”, disse o advogado de Andréia, Elias Mattar Assad. (FA)



Vítima de agressão mostra ferimento: ato de covardia.



Vários policiais cercaram a casa antes da invasão.



Andréia denunciou o abuso policial em vídeo no Youtube.

CONTINUA

28 NOV 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

"Abusos devem ser apurados com rigor", diz o chefe da Corregedoria

Os policiais envolvidos nas denúncias pertencem à 3ª Companhia do 20º Batalhão da PM. O chefe da Corregedoria, coronel Marcos César Vinícius Kogut, disse que determinou a abertura de um inquérito policial militar para apurar o que ocorreu e solicitou o acompanhamento do Ministério Público. Segundo ele, os policiais terão cometido uma infração grave se os detidos tiverem sido, de fato, levados ao posto policial antes de serem encaminhados à Polícia Civil. Caso os abusos sejam comprovados, os policiais podem ser punidos com penas que variam de repreensão à expulsão dos envolvidos.

O coronel ressaltou que a corporação tem interesse em apurar o que realmente aconteceu e de punir os excessos. "A PM instrui seu efetivo para atuar dentro da lei. Os abusos não devem nos chocar, mas devem ser apurados com rigor. As denúncias são importantes para que desvios se tornem cada vez menos corriqueiros", afirmou.

A descrição da ocorrência menciona que as equipes policiais teriam sido hostilizadas pelos moradores.

O documento diz que os agentes foram xingados pela população e recebidos a pedradas. Um soldado teria sido atingido por um soco.

GAZETA DO POVO

8 vereadores eleitos de Colombo não vão assumir

! Apenas 13 dos 21 vereadores eleitos para assumir cadeiras na Câmara Municipal de Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, irão tomar posse em janeiro de 2013. Ontem, a juíza Letícia Portes acatou, em primeira instância, o pedido do caminhoneiro Jair Pedro Sachet, morador da cidade, que entrou com uma ação civil pública questionando a votação ocorrida em 2010 que aumentou o número dos vereadores da cidade. A Câmara ainda vai definir como irá agir.

Conforme a ação, a proposta de emenda à Lei Orgânica do município foi assinada por quatro legisladores, quando a norma exige que ao menos cinco assinem o projeto antes dele ser colocado em pauta. O segundo turno da votação também ocorreu de forma irregular. Deveria acontecer pelo menos dez dias úteis após a primeira apreciação, mas foi votado depois de meia hora.

Iniciativa popular

O caminhoneiro Jair conta que os vereadores chegaram a pedir que ele desistisse da ação, justificando que o aumento no número de cadeiras não prejudicaria o orçamento, pois a porcentagem de recursos repassada à Câmara seria a mesma. "Mas, se os 13 vereadores não quiserem abocanhar a parte destinada aos 21, teremos uma economia de R\$10 milhões por ano", diz.

28 NOV 2012

DECISÃO

Justiça da Bahia revoga adoção de cinco crianças

! O juiz Luiz Roberto Cappio, da comarca de Monte Santo (BA), a 352 quilômetros de Salvador, determinou ontem a revogação da guarda provisória, por parte de quatro casais paulistas, dos cinco filhos dos agricultores Gerônimo Brito Souza e Silvânia Maria da Silva. O Ministério Público da Bahia e o Conselho Nacional de Justiça, além do Senado, por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas, Investigam irregularidades no processo de adoção. Com a decisão, que atendeu à solicitação feita pelo MP no dia 12, o magistrado também definiu que as crianças serão acolhidas provisoriamente em Poá, no interior de São Paulo, para que seja feita a readaptação com os pais biológicos.

CAMPO GRANDE

Servidor público homossexual consegue licença-maternidade

! Um servidor público de Campo Grande que mantém uma união homossexual conseguiu o direito à licença-maternidade integral na Justiça do Mato Grosso do Sul. O funcionário, que não teve o nome divulgado, tem a guarda judicial conjunta de uma criança de menos de 1 ano. Por causa da tutela, ele conseguiu obter 120 dias de licença, prorrogáveis por mais 60. O pedido foi concedido ontem pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. De acordo com a advogada responsável pelo caso, Tânia Regina Cunha, o companheiro do servidor – que trabalha no Tribunal Regional Eleitoral do Estado – não terá direito à licença porque trabalha como autônomo e não é filiado à Previdência Social.

GAZETA DO POVO

ADEL EL TASSE

28 NOV 2012

O Marco Legale e o controle sobre a internet

A transformação gerada pelo avanço tecnológico repercute nas atividades diárias de comunicação e, desde a inicial constatação de que a tecnologia pode ser usada para produzir ofensas, surgiram defesas da necessidade de regulamentar a internet e punir ações específicas por meio dela praticadas.

O que deve se observar, porém, é que a tecnologia é apenas meio para a prática de crimes que seguem sendo sempre os mesmos — como, por exemplo, o estelionato e a difamação, já descritos desde as primeiras legislações penais. O crescimento da chamada “criminalidade informática” representa, na verdade, o cometimento dos mesmos crimes de outrora, apenas valendo-se de recursos tecnológicos atuais.

Assim, cumpre refletir com cautela se por trás do discurso que apregoa a necessidade de instrumentos de regulação e sanção para tratar das práticas pela internet não está, na realidade, o desejo de controle sobre a rede, que se constituiu em experiência única de um ambiente sem fronteiras, em que pessoas de diferentes nacionalidades, culturas e religiões podem intercambiar informações e opiniões.

A internet tem permitido que se desafiam antigos mecanismos de controle do conhecimento, pois o aprendizado se torna acessível a todos os cidadãos do globo. Antigos conceitos sobre questões nacionais e internacionais têm sofrido alteração, já que a internet permite um fluxo não censurado de informação. Os problemas envolvendo agentes públicos, por exemplo, que podem ter sua divulgação limitada por causa dos vários níveis de interesse, seja econômico ou político, não conseguem ser submetidos a igual restrição na internet, em que qualquer pessoa pode postar sua opinião, informações a que teve acesso ou imagens obtidas.

No plano internacional, é perceptível a recente sensibilização com a já antiga causa palestina, em um fenômeno inverso ao tradicionalmente experimentado, em que a divulgação anônima, pela internet, de imagens de crianças e mulheres palestinas massacradas por soldados israelenses, bem como das condições desumanas impostas a todo o povo palestino, fizeram que o planeta passasse a ter outra visão sobre o conflito, com crescente apoio da população mundial ao reconhecimento do Estado livre palestino, independentemente da opinião dos veículos de comunicação.

Admitir a intervenção estatal no mundo tecnológico tem como previsível resultado o estabelecimento de censura ao livre fluxo de informações hoje existentes; não há dúvidas de que, entre a incerta proteção social decorrente da regulação e a certeza da censura que esse expediente representará, a única possibilidade é a do rechaço completo a qualquer forma de intervenção sobre o fluxo de comunicação pela internet.

Como nas fábulas, o lobo sempre se veste em pele de cordeiro para atrair e devorar sua vítima. Não se deve imaginar que o autoritarismo se faz anunciar; a história demonstra que ele sempre se apresenta como bem-intencionada defesa e proteção da sociedade para, então, quando descoberto, já se encontrar com a sua presa entre os dentes. Intervir na internet a pretexto de proteger a coletividade é se tornar simpático e esconder o que se

quer ao fim: a capacidade de censurar a circulação de informações indesejadas por quem controla o poder. Não por outra razão, o controle na internet só existe em países que convivem com experiências autoritárias.

Adel El Tasse, procurador federal e professor de Direito Penal, é coordenador no Paraná da Associação Brasileira dos Professores de Ciências Penais.

28 NOV 2012

GAZETA DO POVO

A caixa de Pandora do governo

O escândalo de tráfico de influência envolvendo uma funcionária da Presidência muito próxima de Lula lança a pergunta: por que ninguém nunca sabe de nada até que a imprensa, a Polícia Federal ou o MP façam a denúncia?

Qual uma caixa de Pandora, parece inesgotável o arsenal de males que, dia sim, dia também, o governo patrocina para, já sem maior espanto, atazanar a sociedade brasileira. O penúltimo deles — porque o último, como sempre, ainda está para surgir — a entrar na fila das “malfeitorias” descobertas nas altas esferas envolveu a chefe do escritório de representação da Presidência da República em São Paulo, Rosemary Noronha — poderosa ex- assessora de José Dirceu e amiga do ex-presidente Lula que, utilizando-se de suas ligações, traficava influências em troca, até onde se sabe, de mimos como cruzeiros marítimos e cirurgias plásticas.

O escândalo da vez foi revelado no fim da semana passada, quando a Operação Porto Seguro da Polícia Federal indiciou 11 membros de uma quadrilha especializada em comprar pareceres técnicos convenientes, forjar documentos, distribuir propinas e ocupar cargos estratégicos para, por meio deles, negociar o público em proveito do privado. No núcleo da quadrilha atuava Rosemary, costumeira acompanhante de Lula em viagens internacionais; dele emanava o prestígio que permitiu a ela, por exemplo, nomear diretores para duas agências reguladoras e o próprio marido para um posto na Infraero. Entre os indiciados encontrase também o servidor que ocupava o posto de número 2 da Advocacia-Geral da União (AGU), repartição vizinha ao gabinete presidencial no Palácio do Planalto.

A presidente Dilma Rousseff tomou providências rápidas. Um dia após se tornar público o novo escândalo, tratou ela de demitir ou afastar todos os implicados, na tentativa de marcar ponto perante a opinião pública pelo “rigor” com que trata os “malfeitores” flagrados. Agiu de modo idêntico ao que lhe deu a fama de “duraona” quando, em penas sucessivas, demitiu já no seu primeiro ano de governo nada menos que sete ministros denunciados pela imprensa ou pela Polícia Federal. Merece os parabéns?

Permanece estranho ou incompreensível que sejam necessárias denúncias públicas para que se manifeste a firmeza da presidente. A sequência de todos os fatos guarda em comum exatamente a primazia da imprensa, da PF ou do Ministério Público na tarefa de revolver a lama dos porões para, só depois disso, serem tomadas as “rigorosas providências” moralizadoras. No mínimo, as sempre tardias medidas punitivas demonstram a insuficiência, a incapacidade ou, pior, a condescendência das estruturas internas do governo para, primeiro, escolher melhor os agentes públicos que nomeia; e, segundo, para manter suas atividades sob estrito controle.

Não, nunca ninguém sabe de nada até a explosão escandalosa da última maracutaia. O ex-presidente Lula, por exemplo, considerou-se “apunhalado pelas costas” ao tomar conhecimento de que sua antiga protegida — com quem trocava telefonemas (foram 122 entre março de 2011 e outubro último) e com quem conversava “todos os dias”, conforme Rosemary relata em um e-mail — era dada a traficâncias de influência. “Não sabia” que partiam dela as indicações para que nomeasse diretores de agências reguladoras? A desculpa, diga-se de passagem, nem é original: afinal, Lula também se disse “traído” pelos assessores envolvidos no mensalão — que, em seguida, classificou como uma farsa urdida por golpistas. E a presidente Dilma, que já “não gostava” de Rosemary havia muito, também a tudo desconhecia?

Diante disso tudo, fica a dúvida: de quanto mais “não sabem” as autoridades que têm a responsabilidade de cumprir e preservar os preceitos constitucionais e a hígidez moral do governo? Se assim é, que o povo brasileiro e as próprias autoridades nunca percamos o telejornal da noite, a leitura dos jornais do dia seguinte ou as revistas do fim de semana, pois são eles que primeiro sabem, por iniciativa própria ou pela via das operações policiais, do que acontece nas entranhas oficiais.

Da caixa de Pandora emergem todos os males. A mitologia grega, da qual deriva a lenda, revela, porém, que no seu interior havia uma única virtude — a esperança — e que lá permaneceu trancada. Até quando?

28 NOV 2012

GAZETA DO POVO



28 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Balanço parcial de conciliações registra mais de 300 mil audiências

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recebeu informações de 45 tribunais que participaram da VII Semana Nacional de Conciliação. Ainda faltam os dados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que compreende os processos federais dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, assim como os dados do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e de seis Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs).

Pelos dados, ainda considerados parciais, foram realizadas entre 7 e 14 de novembro 312.660 audiências de conciliação, tendo sido homologados 153.891 acordos, em um índice de acordo da ordem de 49,2%. Em termos monetários, o esforço resultou em R\$ 697.030.795,24. Os dados são referentes até o dia 26/11.

O percentual de acordos este ano é superior ao conseguido durante o mutirão do ano passado, quando houve 48% de acordos. Para o conselheiro José Roberto Neves Amorim, coordenador do Comitê Gestor do Movimento pela Conciliação do CNJ, o aumento no número de acordos pode ser creditado à consolidação da política de resolução negociada de conflitos, que nos últimos sete anos intensificou a prática tanto na sociedade civil como no Poder Judiciário.

Ainda segundo os dados, foram contabilizadas 671.235 pessoas atendidas. Participaram do mutirão mais de 18 mil juízes, sendo 7.600 juízes leigos (que atuam apenas em juizados especiais e centros de conciliação) e 31 mil conciliadores.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MURÁ

28 NOV 2012

CARTAS

DEMETERCO FAZ NOVAS CORREÇÕES

Olhar crítico, leitor acuradíssimo de jornais, nada passa despercebido ao desembargador (TJ-PR) Antenor Demeterco Jr. quando o que está em jogo é História, ciência que não admite absurdos. Dentro desse espírito, ele mandou dias atrás correspondência a um jornal paranaense sobre tema histórico que merece reparos essenciais, tais como os que ele os apontou. Abaixo segue a carta de Demeterço, que se refere, como sempre, a Adolfo Hitler, apenas pelas iniciais AD:



“Causou-me perplexidade a declaração de Antenor Demeterco Jr: um professor, mestre em Relações Internacio- História sem erros... nais pela Universidade Paris- SUD 11, sobre a preservação da cidade de Paris, durante a Segunda Guerra Mundial.

Paris teria sido salva de destruição, na opinião do professor, pela “forte sensibilidade a arte” de que AH seria portador.

A realidade do ocorrido foi bem outra. AH, artista frustrado, foi também, destruidor frustrado com relação a Cidade Luz. Afloraram com relação a cidade seus instintos primitivos de destruição, felizmente neutralizados pela atitude racional de um militar alemão, cansado das barbaridades que assolaram a época. Eis como se deram a acontecimentos, segundo os historiadores: O general alemão Dietrich von Choltitz, em 7 de agosto de 1944, assumiu a governança da cidade de Paris.

Desobediente, para a felicidade da França e do mundo, negou-se a cumprir ordens de AH para a destruição da cidade. Em 23 de agosto a ordem nazista era “A Cidade não deve cair em mãos do inimigo, salvo se estiver debaixo de escombros”. A pergunta famosa de AH deu nome a um filme: “Arde Paris?”

Este general negociou com os aliados a rendição de suas tropas para preservar a cidade de maiores danos: entregou-se com 17.000 homens para o general francês Philippe Leclerc e ao dirigente comunista da Resistência Henri Rol – Tanguy, em 25 de agosto de 1944. Alguns consideram von Choltitz como o “Salvador de Paris”. Quando faleceu em Baden – Baden, em 05 de novembro de 1966, foi enterrado com honras militares, e teve seu funeral acompanhado por diversos altos – oficiais do Exército Francês.

Algo inusitado para um militar do Terceiro Reich. Cordialmente, Antenor Demeterco Junior, Leitor, Curitiba 28/11/2012.”

JOAQUIM BARBOSA E A ALEMÃ

Senhor jornalista: acho que sua coluna deu um furo nacional: não li nada antes a respeito desse espaço publicar a entrevista da ex-namorada alemã do ministro Joaquim Cardoso. A entrevista é um belo tapa, especialmente nos racistas: a ariana pura dá um enorme testemunho de apreço pelo caráter desse negro fantástico, a quem o Brasil já deve muito. Parabéns.

Martha R. Boeing Kriger, Florianópolis, SC

28 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TIM terá que anotar carteira de terceirizada

A 2ª Turma do TST reconheceu o direito de uma trabalhadora em ter seu vínculo empregatício estabelecido com a Tim Celular — e não com A&C Centro de Contatos, terceirizada que prestava serviços de call center à operadora de celular.

O colegiado não conheceu do recurso das empresas, mantendo decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região que confirmou a sentença reconhecendo o vínculo. As decisões consideraram ilegal a terceirização dos serviços de call center em empresas de telefonia. No recurso, as empresas alegaram que as atividades acessórias, como o serviço de call center, não estão incluídas nas atividades-fim das telecomunicações e, portanto, fora do escopo principal da Tim.

A relatora da matéria na Turma, desembargadora convocada Maria das Graças Laranjeira, manifestou entendimento conforme a jurisprudência corrente. Em seu voto, deixou expresso que interpretar o artigo 94 da Lei 9.472/97 como autorizador da terceirização em atividade fim das empresas corresponde a fazer prevalecer as relações de consumo sobre o valor social do trabalho.

28 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Desembargadora libera Orçamento do Rio

Maria Augusta Figueiredo cassou decisão que impedia a votação da lei orçamentária

A desembargadora Maria Augusta Vaz de Figueiredo mudou de ideia em cinco dias e cassou ontem a própria decisão que impedia a votação do Orçamento do Estado do Rio de Janeiro para 2013.

A votação da lei que prevê os gastos do Estado estava sob ameaça por ausência de dados sobre renúncia fiscal.

A Assembleia Legislativa aprovou o Orçamento, prevendo receitas e despesas de R\$ 71,8 bilhões, dos quais R\$ 7,6 bilhões provenientes dos royalties do petróleo. A lei não considera eventual alteração na distribuição, aprovada no Congresso e a espera de sanção da presidente.

Na última sexta, Figueiredo aceitou pedido de liminar feito pela deputada Janira Rocha (PSOL), para impedir a votação do orçamento.

A socialista argumentou que o projeto desrespeitava a Lei de Responsabilidade Fiscal por não descrever toda a renúncia fiscal do Estado.

O projeto apresenta uma previsão de renúncia fiscal de R\$ 4,1 bilhões em 2013. O cálculo, porém, não inclui a redução da base de cálculo para cobrança do ICMS para determinadas atividades econômicas. A ausência desta última conta motivou a ação.

“ É de extrema relevância saber o quantum renunciado pelo governador. A Lei de Responsabilidade Fiscal exige que a concessão de tais benesses não comprometa as receitas públicas

JANIRA ROCHA (PSOL)

Na liminar concedida na sexta-feira, a desembargadora afirmou que “a aparente supressão das reduções da base do cálculo do ICMS poderia inviabilizar o cumprimento [...] da LC 101/2000 [lei de responsabilidade fiscal]”.

Em decisão proferida na tarde de ontem, Figueiredo mudou de posição e permitiu a votação do Orçamento. O teor da decisão, contudo, não foi divulgado pelo Tribunal de Justiça até a conclusão desta edição.

28 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Novo ministro do STF nega que participará da reta final

Teori, que assume amanhã, diz que pode julgar apenas na fase de recursos

Supremo deve terminar hoje de calcular as penas dos últimos réus condenados, entre eles Jefferson e João Paulo

O ministro Teori Zavascki, 64, que será empossado no Supremo Tribunal Federal amanhã, descartou sua participação na parte final do julgamento do mensalão, mas afirmou que julgará os recursos que serão apresentados pela defesa dos condenados.

“A minha interpretação é que não cabe mais a minha participação [na fase da definição das penas]. Minha possibilidade de participar é nula”, afirmou Zavascki

“O juiz não pode ter vontade de julgar. Ele vai julgar o que tiver que julgar e acho que não está prevista a minha participação”, disse ele, em entrevista no STJ (Superior Tribunal de Justiça), onde ocupava uma cadeira.

Segundo o ministro, no entanto, a análise dos recursos é um “novo julgamento”.

Questionado se ele se sente preparado para isso, ele respondeu: “Se não estiver preparado, me prepararei”.

O STF realiza hoje a 49ª sessão do julgamento do ca-

so e terminará o cálculo das penas dos 25 condenados no processo. Falta ainda definir as punições do ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), do ex-tesoureiro do PTB Emerson Palmieri, e do ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP).

Ministros ouvidos pela reportagem avaliam que boa parte da sessão deverá ser tomada com o debate sobre se a colaboração de Jefferson, que revelou o mensalão em entrevista à **Folha**, em 2005, pode diminuir sua pena.

Depois disso, a corte precisará definir algumas questões, como a cassação dos mandatos dos atuais deputados e a prisão imediata dos condenados, que poderão ficar para a semana que vem.

Teori não quis se pronunciar sobre essas questões, mas disse que nem delas participará. Sobre a perda dos mandatos dos parlamentares condenados, afirmou apenas que durante os anos 90 opinou, como doutrinador, que aqueles condenados pela Justiça “perdem os direitos políticos, mas não necessariamente perdem os mandatos”.

TV JUSTIÇA

O novo ministro também fez ressalvas às transmissões ao vivo das sessões do Supremo pela TV Justiça, crítica que era também externada por seu antecessor na corte, ministro Cezar Peluso.

“Um ponto negativo é o excesso de exposição que às vezes não colabora para um julgamento tranquilo, sereno. Para o meu gosto pessoal, tem de repensar isso.”

Além disso, Teori avaliou que o juiz deve se guiar pela vontade popular, mas pelo que dizem as leis. “Se levássemos em conta a opinião do povo, não teríamos condição de aplicar muitas leis.”

Mesmo com a posse de Teori, o Supremo ainda tem uma vaga em aberto, com a aposentadoria do ministro Ayres Britto, na semana passada.

28 NOV 2012

MÔNICA BERGAMO

FOLHA DE S. PAULO

Disputas entre os Estados levam 5.000 ações ao STF

“É como se houvesse um tipo de guerra civil”, declarou o ministro Gilmar Mendes

O acúmulo de desavenças entre os entes da Federação já responde por cerca de 5.000 ações em análise no Supremo Tribunal Federal.

O número foi apresentado ontem em seminário promovido pela SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos), em que especialistas discutiram a criação de novos órgãos ou fóruns para a mediação de conflitos federativos.

“É como se houvesse um tipo de guerra civil”, disse o ministro Gilmar Mendes, do STF, sobre a impressão causada pela quantidade de ações — na maior parte dos casos, são disputas menores que não precisariam chegar à Justiça.

Foram as tensões de grande porte, sobretudo entre Estados, que puseram a Federação em pauta neste ano.

Estados produtores e não produtores se enfrentam em torno da repartição das receitas do petróleo; o Congresso está revisando a regra de distribuição dos repasses da União aos Estados, considerada inconstitucional; o governo tenta convencer governadores a encerrar a corrida de incentivos fiscais para a atração de empresas.

Participantes dizem que o Senado em geral vota de acordo com a agenda do governo e não cumpre o papel de Casa legislativa da Federação.

MEMÓRIA

As cinzas de Arnaldo Sussekind, ex-ministro do TST (Tribunal Superior do Trabalho) morto em julho, serão jogadas hoje nos jardins do tribunal. Aos 95 anos, ele era o último integrante vivo do grupo que elaborou a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), na Era Vargas.

PAINEL DO LEITOR

Magistrados

A Norte Energia S.A., empresa concessionária da Usina Hidrelétrica Belo Monte (PA), esclarece que o título da reportagem “Empresa de Belo Monte faz congresso para juizes” (“Poder”, 25/11) induz o leitor a acreditar em informações distorcidas a respeito do patrocínio para o 21º Congresso Brasileiro de Magistrados. A reportagem teve acesso a todas as informações fornecidas pela Norte Energia e ao presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, mas preferiu o viés de um título cuja abordagem entra em contradição com o próprio texto da reportagem.

MAURÍCIO JÚNIOR, Assessoria de Imprensa da Norte Energia (Brasília, DF)

RESPOSTA DO JORNALISTA RICARDO BALTHAZAR, EDITOR DO CADERNO “PODER”: O título da reportagem é correto, porque a empresa foi uma das patrocinadoras do congresso.

PAINEL

Sobe A Justiça Federal encaminhará hoje ofícios ao STF e ao STJ solicitando mais investigações sobre pelo menos quatro autoridades com prerrogativa de foro naqueles tribunais. Os pedidos estavam retidos para não prejudicar o início da operação.

28 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Barbosa diz que Justiça Militar é desnecessária

Em sua primeira sessão na presidência do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) Joaquim Barbosa disse ontem que a Justiça Militar estadual não tem “necessidade” de existir.

Barbosa vai montar um grupo de trabalho para avaliar se as atribuições dos tribunais militares nos Estados podem ser absorvidas pela Justiça comum. A ideia é que o estudo analise a produtividade dessas justiças.

Atualmente, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul são os únicos que mantêm tribunais militares em suas estruturas. Os três tribunais custaram R\$ 96,4 mi-

lhões em 2011, segundo o CNJ.

No ano passado, cada magistrado recebeu, em média, 133 processos novos e julgou 177, o que resultou em uma carga de trabalho de 322 processos por magistrado.

A criação do TJM (Tribunal de Justiça Militar) é uma prerrogativa dos Tribunais de Justiça Estaduais, prevista na Constituição, e possível apenas para Estados com efetivo militar superior a 20 mil integrantes. Esses tribunais são responsáveis pelo julgamento de militares das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares.

Ontem, enquanto o CNJ discutia um processo administrativo que questionava a conduta de juizes do Tribunal de Justiça Militar de Mi-

nas, Barbosa disse que a Justiça Militar é “uma Justiça que poderia muito bem ser absorvida pela Justiça comum, porque não há qualquer necessidade de sua existência”.

Magistrados militares de Minas são acusados de negligência pela prescrição de 110 processos.

O relator do caso no CNJ, conselheiro José Roberto Neves Amorim, votou pela improcedência do processo contra os juizes, mas houve um pedido de vista, suspendendo a discussão.

Após o debate, em entrevista, Barbosa amenizou o tom e negou que defenda a imediata extinção dos tribunais militares estaduais.

“Tudo está muito preliminar”, afirmou.

Associação de magistrados diz confiar em juizes alvo do CNJ

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DO RIO - A Amaerj (Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro) afirmou ontem, em nota, que “confia na idoneidade dos juizes citados” nas denúncias de supostos favorecimentos de amigos e parentes de magistrados nas nomeações como administradores judiciais de massas falidas.

As denúncias foram publicadas em reportagem domingo no jornal “O Globo”.

Ontem o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) determinou abertura de sindicância para apurar o caso.

Ainda na nota, a Amaerj afirmou ter “absoluta certeza” de que os juizes fizeram

nomeações respeitando a lei.

“A entidade defende a mais absoluta lisura no exercício da magistratura, sendo a maior interessada na apuração dos fatos até as últimas consequências”, disse o texto.

O CNJ quer apurar a suspeita de irregularidades cometidas por administradores judiciais para tentar prolongar os procedimentos de liquidação para aumentar o lucro por eles obtidos com a administração das massas falidas.

O conselho também irá investigar o suposto favorecimento de licitação na construção de prédio do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, vencida pela Delta.

FOLHA DE S. PAULO

Os dois Barbosas

MARCELO COELHO

AINDA PROSEGUE o julgamento do mensalão, e há muitos ajustes de penas, revisões, recursos e intercorrências institucionais pela frente.

De todo modo, um clima de trabalho encerrado, coincidindo talvez com as festas de fim de ano, tomou conta do STF na última semana.

O espírito comemorativo pairou sobre a despedida do presidente Ayres Britto; alargou-se, em dia de casa cheia, com a posse de Joaquim Barbosa no cargo; irradiou-se, finalmente, numa explosão estroboscópica, com as cenas do ministro Luiz Fux tocando guitarra elétrica na festa em homenagem ao colega.

Tenho comentado bastante o julgamento do mensalão no caderno "Poder", de modo que não entro aqui no conteúdo das decisões do tribunal. Mas o STF também é cultura, e há algo a dizer, sem dúvida, sobre algumas imagens que vão ficando do julgamento em curso.

Numa foto que faz sucesso, Joaquim Barbosa aparece de costas, com a capa drapejante, no estilo homem-morcego. É a figura do vingador, um tanto curvado e cabisbaixo pelo peso da própria obstinação, mas ao mesmo tempo rápido e decidido no passo. As dobras da capa sinalizam velocidade, altitude, independência e solidão.

O reverso da medalha são as máscaras que se fabricam para o Carnaval. Onde tínhamos a toga de Barbosa, temos agora o rosto de Joaquim. As rugas na testa e a expressão severa não tiram, claro, o sentido debochado da ideia, ou melhor, a falta de qualquer sentido na ideia.

Em outros anos, apareceram máscaras de Saddam Hussein, de Obama, de Lula e de Bin Laden. Tanto faz o personagem; o que importa é deslocá-lo do contexto, sublinhando que o Carnaval pode engolir tudo na mesma falta de lógica.

Num país em que se esconde o racismo, o racismo surge mesmo onde ele não está

Seja como for, o Joaquim Barbosa trágico, espécie de Batman perseguido, convive com o Joaquim Barbosa cômico, camarada, ao alcance de todos. Não há maior sinal dessa ambiguidade do que o modo com que várias pessoas se referem a ele.

Imagino que não revelo segredo nenhum ao publicar isto: chamam Joaquim Barbosa de "Juiz Negão".

O curioso é que a denominação, de óbvio histórico racista, vem em contexto positivo. Do gênero: "Tomara que o Negão ponha todo mundo na cadeia mesmo". Ou: "Se fosse por mim, dava plenos poderes para o Juiz Negão resolver logo essa parada". Numa sociedade como a nossa, o racismo por vezes está onde menos aparece, e vice-versa.

Os que chamam Barbosa de "Negão" parecem inconscientemente atribuir-lhe uma força vingadora e revolucionária, que admiram, mas da qual também gostariam de se afastar.

É o simétrico, digamos assim, da frase "você são brancos, que se entendam". Algo que sempre pareceu aplicar-se, por sinal, ao mundo altamente codificado e técnico de uma corte superior de Justiça.

Nesse aspecto, os dois Barbosas se combinam. O Barbosa vingador, sozinho num mundo de "brancos", se identifica com o Barbosa carnavalesco, da máscara que está "na boca do povo". O branco de classe média, com raiva de Lula e José Dirceu, torna-se "negro" como Barbosa em sua luta contra "os poderosos" que fazem e desfazem em Brasília.

O termo "Negão", certamente "incorreto", torna-se estranhamente

28 NOV 2012

"correto" nesse contexto. E o contrário acontece com alguns termos "politicamente corretos".

Foi o caso do discurso feito pelo presidente da OAB, Ophir Cavalcante, homenageando Barbosa na semana passada. A situação, naturalmente, sugeria celebrar o fato de pela primeira vez se ter um negro na presidência do tribunal. Ao mesmo tempo, como fez o próprio Barbosa, cabia passar por cima desse fato: ver os méritos da pessoa, não a cor de sua pele.

Cavalcante saiu-se com uma referência ao "multiculturalismo da brava gente brasileira", que "se faz presente com o ministro Joaquim Barbosa".

Como assim, "multiculturalismo"? Tendo estudado em Paris e dado aulas nos Estados Unidos, por que seria Barbosa mais "multicultural", ou menos, do que Gilmar Mendes ou Celso de Mello?

De modo parecido, a severidade de Barbosa é frequentemente relacionada a alguma dose de revolta ou rancor que traga do próprio passado. Talvez; mas por que não culpar a sua dor nas costas, por exemplo, pelo mau humor que o acompanha?

Num país em que se esconde o racismo, o racismo surge mesmo onde ele não está. O fato é que ninguém fecha os olhos para o fato de ele ser negro; e fingir que se ignora o fato tende a ser muito revelador também.

28 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Banho de realidade

SÃO PAULO - Enquanto alguns de nós ainda celebravam o fortalecimento das instituições, em especial de um Judiciário que soube agir com independência no caso do mensalão, estoura um novo escândalo que mostra quanto ainda há a avançar.

O que me chocou no caso Rosemary não foi tanto constatar que gente perigosamente próxima dos principais dirigentes do país havia criado um esquema para obter vantagens ilícitas. Esse filme nós já vimos antes e, em algum grau, episódios de corrupção ocorrem em todo o mundo. O que me parece particularmente grave é a vulnerabilidade de algumas das principais estruturas do Estado.

Como é possível que uma secretária tenha conseguido emplacar apadrinhados em diretorias de duas agência reguladoras? Isso pode parecer um detalhe em meio a tantas suspeitas, mas é um que escancara uma cadeia de erros e leviandades que afetou dois dos três Poderes da República e culmina numa negação da própria razão de ser das agências.

Esses órgãos têm características bastante especiais: embora sejam ligados ao Executivo, desempenham também funções legislativas e quase judiciais. A ideia por trás de tamanha concentração de poderes é que existem assuntos que são complexos e essenciais demais para ficar a cargo do Parlamento. Na lógica que inspira as agências, é melhor gerir esse tipo de atividade através de um comitê de especialistas, que teriam a missão de regular e fiscalizar o mercado tendo em vista o interesse público.

Assim, não faz sentido nomear para esses órgãos pessoas que não tenham nenhuma familiaridade com a área, como era o caso dos apaniguados de Rosemary. Pior, seus nomes passaram pelos filtros do Executivo, que teria de checar competência e histórico antes da indicação, e do Senado, a quem cabe sabatinar e aprovar (ou rejeitar) os candidatos.

A melhor conclusão é que, no Brasil, secretárias bem relacionadas se sobrepõem às razões de Estado.

28 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Polícia liga e-mails de campanha a empresa do portal da OAB-SP

Mensagens tinham críticas contra Alberto Toron, um dos candidatos de oposição nas eleições de amanhã

Autor de comentários contra rival da situação tenta interromper, sem sucesso, investigação da polícia sobre o caso

DE SÃO PAULO

A Polícia Civil descobriu que a empresa que disparou e-mails de caráter difamatório contra o advogado Alberto Toron é a mesma que fez o portal da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil) e registrou o domínio na internet para o candidato da situação, Marcos da Costa.

Toron é candidato da oposição à presidência da OAB-SP. As eleições estão marcadas para amanhã.

Os e-mails diziam que Toron era marqueteiro e aproveitara o mensalão para fazer campanha — conteúdo que ele considerou difamatório. Um deles chama o candidato de “maconheiro”.

Os trechos que tratam Toron como marqueteiro foram retirados de um comentário feito num site jurídico por Alexandre Brecaïlo, presidente da comissão de visitas e recepção da OAB-SP.

A empresa que disparou os e-mails com os comentários chama-se HKL Informática

Ltda. Em site, a HKL cita que criou o portal da OAB-SP.

A HKL também registrou dois sites de Marcos da Costa, segundo a polícia: marcosdacosta.com.br e marcosdacostaoabsp.com.br.

Brecaïlo tentou, sem sucesso, interromper a investigação por meio de um habeas corpus. Como o pedido foi negado pelo Tribunal de Justiça, recorreu ao STJ (Superior

Tribunal de Justiça). O pedido ainda não foi julgado.

Ele diz que quer parar a investigação porque o delegado Rodolpho Chiarelli Jr. incluiu um crime que não faz parte do inquérito (estelionato) para quebrar o seu sigilo.

Brecaïlo afirma não ter interesse em interromper a investigação sobre os e-mails. “Escrevi os comentários no [site] ‘Consultor Jurídico’, mas não mandei os e-mails.”

O advogado de Toron, Daniel Bialski, diz que não consta o crime de estelionato na apuração da polícia.

No despacho que negou o habeas corpus para interromper a investigação, a juíza Cynthia Maria Sabino da Silva não cita o crime de estelionato em nenhum momento.

> OUTRO LADO <

Sócio, presidente e candidato não se manifestam

DE SÃO PAULO

Um dos sócios da HKL, Horst Loeck Junior disse que não podia comentar o caso porque tem contrato de confidencialidade com a OAB-SP.

O presidente da OAB-SP, Luiz Flávio Borges D’Urso, e o candidato Marcos da Costa não se manifestaram.

A assessoria da entidade confirmou que a HKL presta serviços para a OAB —além, do projeto do portal, cuida da hospedagem de vídeos da Escola Superior de Advocacia.

PODVAL

O advogado Roberto Podval, que no mês passado desistiu da candidatura para a presidência da OAB-SP, confirmou “apoio pessoal” à chapa de Toron, mas liberou seus aliados a votar nas eleições de amanhã tanto no outro opositor, Ricardo Sayeg, como no candidato da situação, Marcos da Costa.

Parte do grupo que o se juntou à chapa de Sayeg e outros optaram por Da Costa, afirmou o ex-candidato.

28 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça revoga adoção de cinco crianças

Filhos de agricultores baianos terão de deixar SP por suspeita de irregularidades no processo

Juiz da comarca de Monte Santo (BA), a 352 quilômetros de Salvador, Luiz Roberto Cappio determinou ontem a revogação da guarda provisória, por parte de quatro casais paulistas, dos cinco filhos dos agricultores Gerônimo Brito Souza e Silvana Maria da Silva. O Ministério Público da Bahia (MP) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além do Senado, por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas, investigam irregularidades no processo de adoção.

Com a decisão, que atendeu à solicitação feita pelo MP no dia 12, o magistrado também definiu que as crianças serão acolhidas provisoriamente em Poá, no interior de São Paulo, para que seja feito um processo de readaptação com os pais biológicos. A etapa deve contar com a participação de psicólogos e assistentes sociais e ter no mínimo 15 dias de duração, antes de as crianças voltarem a Monte Santo.

Segundo denúncia do MP, o processo de adoção foi irregular. Dois policiais levaram os filhos do casal em junho de 2011, depois de determinação do então juiz da comarca, Vitor Manoel Xavier Bizerra. Na época, a menina, caçula da família, tinha 2 meses. Dois meninos foram adotados por dois casais residentes em Campinas e as outras três crianças estão sob a guarda de dois casais de Indaiatuba.

Investigado pelo CNJ, Bizerra disse na CPI que sua decisão determinando a retirada das crianças dos cuidados dos pais biológicos foi tomada com base em relatórios do Conselho Tutelar e do próprio MP. Ele alegou que Souza é alcoólatra e que Silvana se prostituía – os dois negam as acusações.

Para o Ministério Público, porém, há indícios de que o magistrado integre um grupo suspeito de intermediar processos ilegais de adoção no Estado, que seria liderado pelo casal Carmen e Bernhard Topschal. Convocados para depor na CPI, eles preferiram ficar calados. Na semana passada, os parlamentares autorizaram a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do casal.

Incêndio. Souza e Silvana estão separados e a casa na qual ele morava, em Monte Santo, foi atingida por um incêndio há uma semana. Não havia ninguém no local, mas o imóvel foi totalmente destruído, bem como os pertences do agricultor. O fogo foi contido pelos vizinhos, chamados por uma irmã dele, que mora na casa ao lado.

O delegado da cidade, Elísio Araújo Ramos, investiga possível ligação do incêndio com o processo envolvendo as crianças, mas diz que essa é “uma das possibilidades”. Segundo ele, o objetivo é descobrir se o incêndio foi criminoso.

28 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Para Teori, mensalão

'expôs' Supremo

Novo ministro defende 'meio caminho' entre transmissão pela TV e publicação de decisões e diz que juiz, às vezes, toma medida impopular

As vésperas de tomar posse, aos 64 anos, como ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki disse ontem que a Corte ficou muito exposta com a transmissão ao vivo do julgamento do mensalão. Sem fazer avaliações sobre as votações do caso em si, Zavascki disse que no passado redigiu artigo no qual sustentou que a discussão sobre perda de mandato de parlamentares condenados cabe ao Legislativo, e não ao Judiciário.

Três deputados – João Paulo Cunha (PT-SP), Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar Costa Neto (PR-SP) – foram condenados pelo Supremo no processo do mensalão. Teori descartou sua participação no atual julgamento, mas disse que deve participar da apreciação dos prováveis recursos dos réus condenados.

O ministro abordou outros temas do Judiciário, em entrevista coletiva no Superior Tribunal de Justiça (STJ), como a defesa do direito de parentes de magistrados advogarem até em tribunais onde seus familiares são juizes. A seguir, os principais tópicos.

Participação no julgamento do mensalão

A regra de participação do juiz em um julgamento que está em andamento é a do regimento interno (*do tribunal*). Minha interpretação é que não cabe mais minha participação. Nessa fase de fixação de penas, participam só os ministros que proferiram juízo condenatório. Eu não vou participar do julgamento do mensalão. (...) Eu vou participar provavelmente se houver recurso futuro.

● Ponto de vista

Condenado no mensalão e à espera da pena, o deputado João Paulo Cunha (PT-SP) prepara discurso sobre o julgamento para hoje, na Câmara, e pediu a presença de seus correligionários.

Perda de mandato dos deputados condenados

Na década de 90, quando atuava como juiz do TRE, escrevi artigo doutrinário, como doutrinador. Entendi que a perda do mandato parlamentar – no caso de deputado e senador – depende da respectiva casa legislativa. É diferente a posição do doutrinador e a do juiz. A formação da decisão judicial tem de ter o argumento das duas partes. Lá atrás eu defendi isso:

Repercussão do julgamento

Não acredito que a relação do Judiciário com a sociedade vá mudar profundamente. A visibilidade do STF se deu em função principalmente da exposição que as transmissões por TV propiciam. As relações entre Judiciário e sociedade hoje são de uma visibilidade que às vezes vai além da publicidade.

Transmissão de julgamentos

Tem pontos positivos e negativos. Um ponto negativo é o excesso de exposição que às vezes não colabora para um julgamento tranquilo, sereno. Para o meu gosto, acho que se poderia repensar isso. Não sou contra a publicidade dos atos, que são públicos por imposição constitucional. Mas entre publicidade e transmissão ao vivo tem um meio caminho. Mas é uma situação de fato que temos hoje e que dificilmente será revertida.

Justiça e clamor popular

O juiz tem de levar em conta as normas. Se fôssemos hoje, em determinadas circunstâncias, julgar não conforme a lei, mas segundo a vontade popular, não teríamos condição de aplicar muitas leis, por exemplo, em matéria penal. Aplicaríamos penas mais severas. Eu diria até que, se fôssemos levar em conta a vontade popular, teríamos implantado a pena de morte no Brasil há muito tempo. O juiz tem um papel difícil na sociedade que é, às vezes, tomar decisões impopulares. Às vezes, para aplicar a lei, não se escapa da impopularidade. Quem tem de aferir a vontade do povo são os Poderes eleitos pelo povo, com essa missão de fazer leis. O juiz tem de aplicar as leis legítimas.

Foro privilegiado

É uma questão polêmica. A prerrogativa de foro existe desde a Constituição do Império. A ideia é (*garantir*) um julgamento justo e imparcial. Talvez se devesse reduzir a quantidade de autoridades com prerrogativa de foro. Em muitos casos, não é nenhum privilégio. As pessoas que são julgadas originariamente por juiz de primeiro grau acabam tendo acesso ao STF. Em tese, do ponto de vista de demora de julgamento, o caminho a ser percorrido no caso de julgamento originariamente em primeira instância é muito mais comprido do que os julgados diretamente por um tribunal. Temos visto muita gente querendo não ter a prerrogativa de foro. O fato de pessoas não quererem ter esse privilégio é um sinal de que não é bem assim.

CONTINUA

28 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

PEC da Bengala, que prevê aumento da idade para aposentadoria compulsória

Deve ser vista em um conjunto, não só em relação aos tribunais superiores. Seria casuístico aprovar uma emenda que fosse contemplar só ministros de tribunais superiores. Talvez devesse repensar a conveniência para o Estado de pagar aposentadorias a servidores não só do Judiciário, mas a servidores públicos de modo geral, quando completam 70 anos.

Judicialização da política

A diferença entre a atividade do juiz e a atividade do legislador é que o juiz atua sobre situações concretas. O legislador atua para situações futuras, por intuição. Quando um problema novo vem para o juiz e a respeito dele não há uma prévia atuação legislativa, o juiz não pode se eximir de julgar. O sistema dá orientação para o juiz. Ele vai trabalhar com analogia, com princípios e com costumes.

Parente de magistrado advogar no tribunal do familiar

As regras existem. Evidentemente que, nem no próprio tribunal nem em outro tribunal, é possível que um juiz atue em processo que tenha atuado determinado advogado ou pessoa com grau de parentesco. O inverso também é verdadeiro. Se um processo está com um juiz, o parente não pode atuar (*como advogado*). Mas não se pode proibir um parente de advogar porque é parente de juiz.

O ESTADO DE S. PAULO BARBOSA ESTREIA NO CNJ COM PAUTA POLÊMICA

Ministro defendeu investigação patrimonial de magistrados e fim de tribunais militares estaduais

Na primeira sessão no comando do Conselho Nacional de Justiça, o ministro Joaquim Barbosa indicou ser favorável às investigações patrimoniais abertas contra magistrados suspeitos de irregularidades e afirmou que a Justiça Militar dos Estados poderia ser extinta. São duas manifestações que o aproximam das bandeiras defendidas pela ex-corregedora nacional de Justiça Eliana Calmon, com quem ele se reuniu ontem à tarde para discutir a situação do CNJ.

As investigações patrimoniais abertas por Eliana geraram uma crise entre ela e o então presidente do CNJ, Cezar Peluso. As apurações estavam paradas em razão de pedidos de vista do conselheiro Tourinho Neto. Ontem, quando o caso voltou a ser discutido, o conselheiro Silvio Rocha defendeu a anulação de todas as investigações, pois o sigilo dos magistrados teria sido quebrado pela corregedoria sem autorização judicial.

A discussão não avançou, pois houve novo pedido de vista. Mas Barbosa indicou que apoiará as investigações abertas contra magistrados cujos patrimônios são incompatíveis com seus salários.

Militar. Na sessão de ontem, Barbosa enfrentou outra polêmica: os tribunais militares de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A produtividade dos tribunais e o volume de recursos despendidos anualmente levaram o ministro a dizer que esses tribunais poderiam ser extintos. “Uma justiça que poderia muito bem ser absorvida pela justiça comum, porque não há qualquer necessidade de sua existência.”

28 NOV 2012

Os dados do CNJ mostram que o orçamento dos tribunais militares estaduais supera R\$ 96,4 milhões, enquanto o número de processos é de 6.087. Em MG, mesmo com orçamento de R\$ 31 milhões e com média de 322 processos por ano por magistrado, dois juízes são processados por negligência por deixarem prescrever 274 processos criminais somente em 2010.

O ESTADO DE S. PAULO

Ministro não crê em prisão imediata dos condenados

Para Lewandowski, questão 'é pacífica' e restrição de liberdade só deve ocorrer após se esgotarem recursos

BRASÍLIA

Revisor do processo do mensalão, o ministro Ricardo Lewandowski afirmou ontem que o Supremo Tribunal Federal não deverá decretar a prisão imediata dos condenados por envolvimento no esquema do mensalão. A medida é defendida pela Procuradoria-Geral da República.

Segundo o ministro, o julgamento deve terminar na próxima semana, quando a Corte fará a "recalibragem" das penas. Nesse processo, o tribunal pode reduzir punições estabelecidas, por exemplo, para integrantes do núcleo publicitário, como o empresário Marcos Valério, condenado a mais de 40 anos.

"Há pretensão de alguns ministros de recalibrar algumas penas, considerar a possibilidade da continuidade delitiva, porque temos

discrepâncias grandes entre uma pena e outra." O mesmo deve ser feito em relação às multas. "Minha intenção é fazer com que as multas, ainda que aumentem em valores, sejam proporcionais às penas restritivas de direitos."

O tribunal deve terminar hoje a fixação de penas para os 25 condenados. Na próxima semana, deve analisar detalhes finais, entre os quais o pedido do procurador-geral, Roberto Gurgel, para que os réus sejam imediatamente presos.

"Acho que isso (*prisão imediata ou não*) é uma questão pacificada no tribunal", disse o relator. "Não lembro, desde que eu estou aqui, de ter deferido uma prisão antes disso." Lewandowski prevê um debate na análise da possibilidade ou não de o STF determinar a perda de mandato dos deputados condenados. "Há duas figuras na Constituição. Uma é a suspensão de direitos políticos, consequência da decisão condenatória, e outra é a cassação do mandato. Avaliaremos se a suspensão de direitos políticos, acarretada pela sentença transitada em julgado, acarreta automaticamente a perda do mandato ou não."

Gilmar critica Senado por não definir regra do FPE

Ministro relatou processo que considerou o critério de rateio de R\$ 55 bi do Fundo de Participação dos Estados inconstitucional

João Villaverde
Ricardo Britto / BRASÍLIA

O ministro Gilmar Mendes do Supremo Tribunal Federal fez ontem uma dura crítica à atuação do Senado em questões fiscais. Relator do processo que declarou inconstitucional o critério de rateio dos cerca de R\$ 55

bilhões do Fundo de Participação dos Estados (FPE) em fevereiro de 2010, quando o STF concedeu 36 meses de prazo para que os senadores criassem regras novas, Mendes afirmou que a demora do Senado é perigosa.

"Já se passaram 35 meses daquela decisão do STF, o FPE vai acabar em dezembro e o Senado Federal, até agora, não discutiu um novo critério de repartição desses recursos", disse Mendes.

"Será que o Senado está cumprindo suas funções de representante da federação?", perguntou Mendes durante seminário realizado na sede do Institu-

28 NOV 2012

SÔNIA RACI

Tudo novo...

Após a estreia no comando do STF, Joaquim Barbosa presidiu ontem sua primeira sessão à frente do Conselho Nacional de Justiça.

...de novo

Teve advogado se queixando de seu estilo... direto. Um deles ganhou resposta atravessada ao reclamar que processo de seu cliente foi retirado de pauta. Deixou o local bufando.

to de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Dívidas. Em reunião com líderes da base aliada no Senado, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que governo federal pretende mudar, até o fim do ano, os fatores de correção dos débitos dos Estados com a União. Segundo o líder do PT no Senado, Walter Pinheiro, a proposta deve ser estendida às prefeituras com dívidas, como a paulistana. Dessa forma, o prefeito eleito Fernando Haddad assumiria o cargo com um alívio no caixa por ter um fator de correção da dívida menor do que o praticado atualmente.

"É claro que vale também para as prefeituras", disse Walter Pinheiro.

28 NOV 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça reduz vereadores em Colombo

Os eleitores do município de Colombo, na região metropolitana de Curitiba, elegeram 21 vereadores em outubro último, mas apenas 13 serão empossados. Oito vereadores eleitos não terão a chance sequer de tirar uma foto na cadeira de vereador, pois a decisão da juíza Letícia Portes ocorre antes da diplomação.

A decisão da juíza mexeu bastante com o quociente eleitoral, ou seja, é preciso refazer as contas. Pela mudança, o vereador Professor Waldirlei (PMDB), pupilo da ex-candidata à prefeitura pelo PSDB, Beti Pavin, é um dos que perde o cargo.

A magistrada da comarca colombense aca-
tuo uma ação popular movida pelo morador do bairro Roça Grande, Jair Pedro Sachet, em junho deste ano, que questiona o aumento do número de vereadores de 13 para 21.

28 NOV 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Policiais são acusados de tortura e racismo

Segundo moradores, PM's invadiram residência no Bairro Alto e bateram até em idosa de 72 anos

Moradores do Bairro Alto acusam um grupo de policiais de abuso de autoridade. Em uma ação, no início da noite do último sábado (24), eles invadiram uma casa, bateram nos moradores e prenderam 11 pessoas. Entre as vítimas das agressões, está uma idosa de 72 anos.

Conforme os moradores, a polícia invadiu a casa após um motociclista se recusar a mostrar os documentos do veículo aos policiais. O homem teria fugido para dentro da casa. Segundos depois, mais de uma dezena de PMs entrou no local. "Já entrou com cassetete para um lado, chutes para o outro. Já foi derrubando tudo. Foram entrando para dentro e massacrando", lembra a aposentada Zulmira Floriano.

Ela e a família se preparavam para jantar quando aconteceu a invasão. Zulmira, o marido, os três filhos e a mãe foram agredidos pelos policiais. Em vários locais da casa, as marcas de sangue comprovam a versão das vítimas. Num dos cômodos, três dias depois da confusão, os pedaços de um cassetete quebrado ainda estão no chão.

Vizinhos registraram parte da confusão. Nas imagens, é possível ver quando os policiais invadem a casa e como agem após prender os moradores. Num dado momento, um morador diz aos policiais "Agora vai falar que o piá (garoto) resistiu à prisão". Um dos PMs, sai em busca de quem proferiu a frase. "Que você falou, hein, seu filho da p...?", questiona o policial.

Advogada é humilhada

Outra vítima das agressões foi a advogada **Andréa Cândido Vitor (foto)**.

Ela conta que foi ao local para saber o que estava acontecendo, mas acabou detida pelos policiais. Junto com outras 10 pessoas que foram presas, ela foi encaminhada para um módulo da Polícia Militar.

No local, ela afirma que os policiais agrediram novamente os presos. "Eles me deram um tapa no rosto", lembra. A advogada diz que também foi vítima de racismo. "Advogada, com essa corzinha, sua negra vagabunda, sua preta vadia", teriam dito os policiais a ela.

O corregedor-geral da Polícia Militar, César Kogut, reconheceu o abuso dos policiais. Segundo ele, o caso será investigado pela corregedoria. "Existem indícios de que houve

abuso de poder e abuso de autoridade. Isso vai ser apurado, tanto que foi aberto inquérito", afirma.

Para o advogado de Andréia, Elias Mattar Assad, o caso configura, além de racismo, crime de tortura. "A atitude da PM não se pautou dentro da lei. E quando não se pauta dentro da lei, é barbárie", diz.



28 NOV 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Juiz determina volta de crianças adotadas irregularmente à Bahia

O juiz Luís Roberto Cappio, da Comarca de Monte Santo (BA), município localizado a 352 quilômetros de Salvador, determinou que as cinco crianças baianas que estavam com quatro famílias no interior de São Paulo retornem aos pais biológicos. A decisão que revoga a guarda provisória concedida às famílias paulistas deve ser publicada hoje (28) no Diário de Justiça Eletrônico da Bahia. A família dos pais biológicos deve ser incluída em políticas públicas voltadas para o apoio à convivência familiar. O deputado federal Paulo Freire (PR-SP), membro da CPI do Tráfico de Pessoas na Câmara dos Deputados, disse que a determinação do juiz reflete o trabalho de investigação da comissão e que o processo de retirada das crianças do convívio familiar foi cheio de erros.

Parceira contra a violência sexual infanto-juvenil

A Fundação de Ação Social e a Fundação Roberto Marinho, por meio do Canal Futura, firmaram compromisso para o planejamento de ações regionalizadas visando a prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. O termo de parceria foi assinado ontem (27), em evento realizado no Salão de Atos do Parque Barigui. A parceria prevê a distribuição do material "Que Exploração é Essa?", do Canal Futura, para as equipes que compõem os serviços socioassistenciais de proteção social especial e básica, em especial os 45 Centros de Referência de Assistência Social e os 10 Centros de Referência Especializados de Assistência Social.

28 NOV 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

**Boris Casoy
e Band são
condenados a
indenizar gari**

O jornalista Boris Casoy (foto) e a Band acabaram condenados pela 8ª Câmara de Direito Privado de São Paulo a pagar 21 mil reais de indenização por danos morais ao gari Francisco Gabriel de Lima. O trabalhador se sentiu ofendido com as declarações de Boris durante o "Jornal da Noite" do dia 31 de dezembro de 2009. Na ocasião, após a exibição de uma mensagem com dois garis, uma falha técnica vazou o áudio do âncora, que disse: "Que merda: dois lixeiros desejando felicidades do alto da suas vassouras. O mais baixo na escala do trabalho". A frase causou grande repercussão e se tornou polêmica. No dia seguinte, Boris Casoy se retratou no mesmo telejornal e classificou a frase como "infeliz".

28 NOV 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Armas, não

O deputado estadual Douglas Fabrício (PPS) quer que os fóruns de todo o Paraná deixem de estocar armas de fogo. "Hoje os 160 fóruns do Paraná são responsáveis pela guarda de cerca de 17 mil armas. E a maioria deles não oferece a segurança necessária para abrigar esse verdadeiro arsenal", explica. Ontem, a Assembleia Legislativa aprovou indicação do deputado que sugere uma parceria entre Tribunal de Justiça e Secretaria de Segurança Pública (Sesp) para discutir o problema e encontrar locais mais apropriados para o armazenamento.

28 NOV 2012

TRIBUNAL DO PARANÁ

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES**

PREGÃO ELETRÔNICO nº 73/2012 - TIPO: Menor preço.
Objeto: Aquisição de 450 dispositivos para captura de vídeo e 450 cabos de áudio e vídeo totalmente compatíveis com a câmera digital da marca SAMSUNG modelo Es25. Destino: Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação. Data início acolhimento das propostas: 30 de novembro de 2012. Data limite acolhimento propostas: 13/12/2012, às 13:00 (horário de Brasília/DF). Data abertura das propostas: 13/12/2012, às 13:00h (horário de Brasília/DF). Início da fase de lances: 13/12/2012 às 13:15h (horário de Brasília/DF). O edital e as especificações do Pregão Eletrônico estarão à disposição das empresas interessadas no "site" do Tribunal de Justiça do Paraná: www.tjpr.ius.br - "Licitações", bem como pelo endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br, nome do cliente "Paraná Tribunal de Justiça", ou por intermédio do portal www.bb.com.br ou, ainda, solicitá-los através do endereço eletrônico: licit@tjpr.ius.br. Informações complementares: Divisão de Licitações - Departamento do Patrimônio, Rua Lysímaco Ferreira da Costa, nº 101, Centro Cívico, Curitiba/PR, fone nº (41) 3254-2002 - r: 836.

Curitiba, 27 de novembro de 2012.

Vitório Garcia Marini
Diretor do Departamento do Patrimônio

JORNAL DO ESTADO

28 NOV 2012

Advogada acusa PMs de tortura e racismo

O advogado criminalista Elias Mattar Assad deve entregar, hoje, uma denúncia de racismo e tortura contra um grupo de policiais militares. A denúncia e provas serão entregues ao Ministério Público no começo da tarde. Assad representa a advogada Andréia Cândida Vitor, que alega ter sofrido humilhações, prisão, tortura física e psicológica durante uma ação policial no final de semana no Bairro Alto.

Segundo a advogada, ela recebeu voz de prisão após questionar a ação policial. Imagens divulgadas nas redes sociais flagraram abusos dos policiais durante a abordagem. Após questionar os policiais, ela conta que foi algemada, levada para um módulo onde sofreu agressões e humilhações. Ela só foi solta no domingo pela manhã, depois de prestar depoimento.

Segundo o comando da PM, em entrevista na imprensa da Capital, ontem, os policiais envolvidos na abordagem no Bairro Alto foram afastados e foi aberto um inquérito administrativo, mas por causa das imagens da forma como abordaram as pessoas no Bairro Alto.

Segundo o advogado Assad, hoje Andréia será recebida pelo coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Procurador de Justiça Leonir Battisti.

Rural — O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) deu provimento ao recurso da Associação Nacional de Defesa dos Agricultores, Pecuaristas e Produtores da Terra (Andaterra) e considerou ilegal o recolhimento de contribuição para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) por empregador rural pessoa física, que não precisará mais pagar a contribuição.

28 NOV 2012

JORNAL DO ESTADO

CNJ

Barbosa defende fim da Justiça Militar

Na primeira sessão no comando do Conselho Nacional de Justiça, o ministro Joaquim Barbosa indicou ser favorável às investigações patrimoniais abertas contra magistrados suspeitos de irregularidades e afirmou que a Justiça Militar dos Estados poderia ser extinta. São duas manifestações que o aproximam das bandeiras que já eram defendidas pela ex-corregedora Nacional de Justiça Eliana Calmon, com quem ele se reuniu, no início da tarde de ontem para discutir a situação do CNJ.

As investigações patrimoniais abertas por Eliana Calmon geraram uma crise entre ela e o então presidente do CNJ, Cezar Peluso. E as apurações estavam paradas em razão de pedidos de vista do conselheiro Tourinho Neto. Barbosa não avançou na discussão, pois houve novo pedido de vista. Mas indicou que apoiará as investigações abertas contra magistrados cujos patrimônios são incompatíveis com seus salários.

TJ instala novas Varas em Irati e Ponta Grossa nesta terça-feira

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), desembargador Miguel Kfoury Neto, conduziu na manhã desta terça-feira (27) solenidade de inauguração da 2ª Vara Cível de Irati. Atualmente, a comarca de entrância intermediária, abrange os municípios de Inácio Martins e Irati e integra a 33ª Seção Judiciária. Na comarca funcionam uma Vara Cível, uma Vara Criminal e um Juizado Especial Cível e Criminal. Às 17h, está prevista a instalação da 4ª Vara Criminal em Ponta Grossa. A comarca de entrância final agora possui quatro Varas Cíveis, quatro Varas Criminais, duas Varas da Família, uma Vara de Execuções Penais, além de três Juizados Especiais. A instalação de novas Varas atende antiga reivindicação dos advogados e é uma das campanhas de luta da OAB Paraná dos últimos anos.